

Governo aperta cinto

O Governo determinou ontem uma contenção geral de 12 por cento nas despesas a serem feitas no próximo ano pelos órgãos e entidades que integram o Orçamento da União e que serão pagas com recursos da União. O orçamento federal chegará 10,42 trilhões, mas estão excluídas do corte, doze de suas rubricas.

Decreto nesse sentido foi assinado ontem pelo presidente Figueiredo, no qual dá ainda o prazo de 90 dias para que essas instituições, inclusive as estatais, encaminhem à Secretaria de planejamento da Presidência da República as dotações orçamentárias, detalhadas a nível de projetos, atividades e elementos de despesa que comporão a contenção exigida.

Os recursos decorrentes dessa contenção não poderão ser usados para empenho, liquidação e pagamento. Desse corte ficam excluídas entre outras, as programações à conta do Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização; Salário-

Educação; das amortizações e encargos de financiamentos, internos e externos; das despesas de Coordenação do Sistema Nacional de Defesa Civil; dos recursos captados através de operações de crédito, internas e externas; das verbas de transferências a Estados, Distrito Federal e Mu-

nícipios e dos encargos previdenciários da União.

REDUÇÃO DO DÉFICIT

Na exposição de motivos que encaminhou ao presidente da República, o ministro Delfim Netto, do Planajamento, observa que as novas circunstâncias que se pode prever para 1983, "além das inegáveis dificuldades de ordem externa, estão a indicar a adoção de medidas visando a obtenção de uma sensível redução do déficit do setor público", o que exige uma administração orçamentária-financeira a mais cautelosa possível.

O ministro Delfim Netto observa ainda que essa intenção deve ser seguida à risca pelos órgãos da administração pública, pois será impraticável a concessão de créditos adicionais em 83.